UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA - LICENCIATURA

Gabriela Caetano de Moura

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

Porto Alegre
2. Semestre
2011

Gabriela Caetano de Moura

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia – Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador:
Prof. Dr. Gabriel de Andrade Junqueira Filho.

Porto Alegre

2. Semestre

2011

Dedico ao Fábio, que sempre esteve ao meu lado. Seu apoio e incentivo foram fundamentais para que esse trabalho acontecesse. Dedico também à Júlia, nossa filha amada, que me acompanhou durante todo esse processo e nascerá em uma nova etapa das nossas vidas, nos completando de felicidade pela sua chegada.

AGRADEÇO...

... ao meu marido Fábio, com muito amor, agradeço pela presença e compreensão nos momentos de estudos, pela motivação e por atravessar essa etapa comigo, compartilhando as mesmas vivências, sempre ao meu lado.

... aos meus pais e irmãos, por sempre me incentivarem e acreditarem em mim... por vivenciarem cada momento e vibrarem comigo durante a minha trajetória.

... aos professores da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em especial ao meu orientador, Professor Gabriel de Andrade Junqueira Filho, pela dedicação durante esse estudo.

... às amigas, que estiveram sempre comigo no decorrer do Curso de Pedagogia, por dividirem comigo as angústias e alegrias durante essa caminhada.

...às professoras que aceitaram participar da pesquisa e colaboraram para que esse estudo fosse possível.

... gostaria de agradecer a todos que direta ou indiretamente contribuíram com a realização desse trabalho.

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma reflexão sobre o primeiro ano do ensino fundamental de nove anos, procurando investigar as concepções de professoras dessa etapa do ensino acerca da organização do seu trabalho pedagógico. O referencial teórico utilizado fundamenta-se nas publicações do MEC sobre a ampliação da escolarização obrigatória, como as orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade, além das Leis n°11.1 14/05, que torna obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos, e a n°1 1.274/06, que amplia a sua duração para nove anos, como também das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos. A pesquisa, uma abordagem de cunho qualitativo, valeu-se de levantamento bibliográfico sobre o tema e de entrevistas semi-estruturadas junto a duas docentes do primeiro ano. As entrevistas possibilitaram conhecer o trabalho pedagógico destas docentes, identificando tanto as concepções e objetivos das mesmas em relação às especificidades dessa etapa da escolaridade, quanto as práticas pedagógicas que essas professoras consideram adequadas, bem como, os suportes ou orientações que elas receberam ou procuraram para fundamentar e organizar o trabalho com essa faixa etária. As análises indicam que, do ponto de vista das professoras entrevistadas, o currículo do primeiro ano é uma antecipação e uma reprodução do currículo da antiga primeira série e mostram que as práticas das professoras desconsideram as orientações dos documentos oficiais.

Palavras-chave: Primeiro ano do ensino fundamental de nove anos; Organização do trabalho pedagógico; Inclusão da criança de seis anos de idade.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....07
1. A ORIGEM DA MINHA QUESTÃO DE PESQUISA.....10
2. CONTEXTUALIZANDO O PRIMEIRO ANO.....13
2.1 O AMPARO LEGAL PARA A AMPLIAÇÃO DA ESCOLARIZAÇÃO OBRIGATÓRIA.....13
2.2 O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS.....14
2.3 AS ORIENTAÇÕES PARA A INCLUSÃO DA CRIANÇA DE SEIS ANOS.....16
3. METODOLOGIA.....20
3.1 INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS 20
3.2 PARTICIPANTES / ENTREVISTADAS.....21
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....22
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....40
REFERÊNCIAS.....42
APÊNDICES

APRESENTAÇÃO

Este exercício investigativo consiste em um trabalho de conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia. A temática escolhida, e sobre a qual se trata o presente estudo, é o Primeiro Ano do Ensino Fundamental de Nove Anos, em que procuro, mais especificamente, compreender a concepção das professoras do Primeiro Ano sobre a organização do trabalho pedagógico nesta etapa da escolarização.

A pesquisa foi realizada com duas professoras do Primeiro Ano do Ensino Fundamental de Nove Anos, sendo uma delas da rede pública estadual de Porto Alegre e a outra da rede particular da mesma cidade, procurando compreender as concepções dessas professoras sobre a organização do trabalho pedagógico para este nível de escolaridade.

Diante dessa questão, foram elaborados os seguintes objetivos:

- Conhecer de que maneira professores que atuam no primeiro ano do ensino fundamental de nove anos vêm se apropriando dos debates sobre a inclusão da criança de seis anos no ensino fundamental de nove anos;
- Conhecer as concepções, os argumentos e o trabalho pedagógico realizado no primeiro ano do ensino fundamental de nove anos, a partir de entrevistas com duas professoras que atuam nesta etapa da escolaridade, para identificar as características do trabalho de cada uma e, consequentemente, as especificidades e prioridades que são atendidas no primeiro ano;
- Conhecer as rupturas e/ou continuidades no trabalho entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental tendo como referência o primeiro ano do Ensino Fundamental de nove anos;
- Conhecer quais práticas pedagógicas essas professoras consideram adequadas para essa etapa da escolaridade, para melhor atenderem as crianças de seis anos recém chegadas ao Ensino Fundamental;

- Conhecer quais as fontes de informação / orientação as professoras utilizam para organizar / planejar o seu trabalho com o primeiro ano do Ensino Fundamental de nove anos.

Enfim, esses são alguns objetivos e questões que pretendo investigar com essa pesquisa sem a pretensão de esgotá-los, mas de discuti-los, tendo em vista a sua atual importância no cenário da educação brasileira, que demanda refletirmos – profissionais da educação, pais e familiares das crianças, sociedade como um todo – sobre a infância e a criança de seis anos incluída nas e pelas políticas públicas para a educação.

O referido trabalho está estruturado da seguinte maneira:

Na Apresentação faço a descrição do presente estudo, situo a temática escolhida e o que mais especificamente esta pesquisa pretende investigar.

No Capítulo 1, *A origem da minha questão de pesquisa*, apresento a origem da escolha do tema e a justificativa para realizar uma pesquisa sobre essa temática, procurando compreender de que forma as experiências por mim vividas durante o transcorrer do Curso de Licenciatura em Pedagogia acabaram colocando-a insistentemente em meu caminho.

No Capítulo 2, *Contextualizando o primeiro ano*, a partir do levantamento bibliográfico realizado, contextualizo o primeiro ano do ensino fundamental de nove anos, apresentando um histórico da implantação e os documentos do MEC que orientam sobre a inclusão da criança de seis anos na escolarização obrigatória.

No Capítulo 3, *Metodologia*, abordo a metodologia utilizada para o desenvolvimento dessa pesquisa, um estudo de cunho qualitativo. Também explico os instrumentos metodológicos seguidos para a realização da mesma: as entrevistas e o levantamento bibliográfico.

No Capítulo 4, *Apresentação e análise dos dados*, apresento e analiso os dados produzidos pelas respostas das professoras durante as entrevistas semi-estruturadas, a partir dos documentos e demais referenciais bibliográficos

Por fim, minhas Considerações Finais sobre o estudo, seguidas das Referências bibliográficas e de dois Apêndices: o roteiro das entrevistas e o termo de consentimento informado entregue às professoras entrevistadas.

1. A ORIGEM DA MINHA QUESTÃO DE PESQUISA

O interesse pela implantação do primeiro ano do Ensino Fundamental de nove anos e, consequentemente, da inclusão da criança de seis anos nesta etapa da escolaridade, vem me acompanhando durante toda a minha vida acadêmica, no curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação da UFRGS. Esse interesse se deu quando, na disciplina de Infâncias de 0 a 10 anos, refletíamos sobre as múltiplas infâncias e sua escolarização. Naquele momento, segundo semestre de 2007, algumas escolas já estavam implementando, experimentalmente, o Ensino Fundamental de nove anos, que se tornou obrigatório em 2010, incluindo a criança de seis anos de idade no primeiro ano do Ensino Fundamental.

Já no início da faculdade me deparei com questões que passaram a me inquietar e me acompanharam durante os últimos anos. Ao fazer a primeira observação em uma escola pública estadual para a disciplina anteriormente mencionada, quando deveríamos observar uma turma de Educação Infantil e outra de Séries Iniciais (Anos Iniciais), percebi que ainda estava confuso para os profissionais da escola o processo de implementação do Ensino Fundamental de nove anos pois, ao pedir à Direção da escola autorização para observar uma turma de Educação Infantil, no caso, o Jardim, grupo que contempla as crianças de 6 anos de idade, me afirmaram que o nome havia mudado, que a antiga turma de Jardim passava a ser o primeiro ano do Ensino Fundamental de nove anos e que as escolas não teriam mais essa última turma da Educação Infantil porque o primeiro ano funcionaria na sala dessa antiga turma, esclarecendo que só mudou o nome – de Jardim para primeiro ano – e que as crianças de seis anos agora entram obrigatoriamente direto para o Ensino Fundamental. Informaram-me, então, que eu poderia observar esta turma de primeiro ano, no lugar de uma turma de Educação Infantil, e uma turma de primeira série do

Ensino Fundamental, que passaria a se chamar segundo ano, a partir do ano seguinte. Pensei, avaliei e considerei, diante das novidades reveladas, que seria melhor procurar outra escola para observar uma turma qualquer de Educação Infantil, conforme era solicitado pela disciplina que eu cursava. Percebi, diante deste episódio, que a implementação do ensino fundamental de 9 anos estava bem confusa. Acabei me interessando pelo tema e passei a prestar mais atenção às questões que envolvem a infância escolarizada.

Algum tempo depois, no início de 2010, quando o ensino fundamental de nove anos já havia se tornado obrigatório, ao observar em outra escola pública estadual uma turma de primeiro ano para realizar uma mini-prática (organizada a partir de uma semana de observação e uma semana de prática) solicitado pela disciplina Seminário de Docência – Saberes e Constituição da Docência – 6 a 10 anos e EJA, oferecida no sexto semestre do curso, deparei-me com uma situação um pouco diferente. Ao implementar o primeiro ano do Ensino Fundamental de nove anos, a escola também parou de oferecer a turma de Jardim, da Educação Infantil, usando como justificativa que o público atendido antes por essa etapa eram as crianças de seis anos, que agora entram direto para o primeiro ano do Ensino Fundamental. Já a prática pedagógica na turma de primeiro ano, conforme observei nessa ocasião, era bem diferente da observada no ano de 2007, na primeira escola citada: na primeira escola, reproduziam conteúdos da Educação Infantil, afirmando que estavam em processo de adequação do currículo para essa nova formatação do ensino fundamental; já esta segunda escola adotava um método de alfabetização – GEEMPA – que antes era usado nas antigas primeiras séries do Ensino Fundamental de oito anos, em que as crianças entravam com sete anos, com o propósito de alfabetizar aos seis anos, ou seja, reproduziam a antiga primeira série no primeiro ano.

Essas questões que antes me inquietavam passaram a me incomodar verdadeiramente. As crianças de seis anos, ao ingressar no ensino obrigatório, estão deixando de ter acesso ao que anteriormente vivenciavam na Educação

Infantil, lembrando que algumas nem chegaram a frequentar essa etapa e entram direto no primeiro ano do Ensino Fundamental. Por que essa ruptura e distanciamento entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental? Por que não se propor uma articulação entre estas duas etapas através do primeiro ano?

Vale lembrar que é possível e recomendado que as crianças, desde o Berçário, tenham acesso à linguagem escrita, a partir da contação de histórias, na elaboração de histórias tendo as professoras como escribas, compondo livros ilustrados por elas mesmas, etc. Isso não significa de forma alguma a antecipação da alfabetização, e sim favorecer momentos de letramento, tão importantes na formação do leitor / escritor.

Considero essa temática – a inclusão da criança de seis anos no primeiro ano do ensino fundamental de nove anos – de extrema importância por considerar que a criança de seis anos, ao ingressar no Ensino Fundamental, não deve sofrer uma ruptura com as práticas desenvolvidas na Educação Infantil, quando tem momentos para brincar, jogar, cantar, dançar, ouvir histórias, desenhar, pintar, modelar... Tampouco deve ter antecipados os conteúdos da antiga primeira série, quando as crianças entravam aos sete anos e o foco principal do trabalho pedagógico era a alfabetização. Esses são alguns dos aspectos que procurarei, no decorrer desse estudo, pesquisar nas falas das professoras, quanto à organização do seu trabalho pedagógico no primeiro ano.

No próximo capítulo apresentarei os argumentos das bibliografias estudadas, em especial os documentos do Ministério da Educação, sobre a ampliação da escolarização obrigatória e inclusão da criança de seis anos no ensino fundamental.

2. CONTEXTUALIZANDO O PRIMEIRO ANO

Neste capítulo, a partir do levantamento bibliográfico realizado, contextualizo o primeiro ano do ensino fundamental de nove anos, apresentando um histórico da implantação, com o amparo legal para a ampliação da escolarização e os documentos do Ministério da Educação que orientam sobre a inclusão da criança de seis anos no ensino fundamental.

2.1 O AMPARO LEGAL PARA A AMPLIAÇÃO DA ESCOLARIZAÇÃO OBRIGATÓRIA

O principal argumento do Ministério da Educação e dos documentos legais sobre a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, é que essa medida garantiria o direito à educação para as crianças de seis anos de idade, em especial para as economicamente desfavorecidas, que predominantemente estão excluídas da escolarização formal. Considerou-se, então, que as crianças de classes favorecidas economicamente já contavam com o acesso à educação, então, essa medida de ampliação da escolarização obrigatória garantiria a inclusão das crianças pobres, excluídas do sistema educacional.

O acesso à educação para as crianças de seis anos já vinha sendo amparado por alguns dispositivos legais antes mesmo da implantação do Ensino Fundamental de nove anos. A Constituição Federal de 1988 (CF/88) já reconhecia o direito à educação para as crianças de 0 a 6 anos, bem como a Lei de Diretrizes

e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB/96), quando já admitia a matrícula, facultativamente aos seis anos, no ensino fundamental.

A Lei n° 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação, estabeleceu a ampliação do Ensino Fundamental obrigatório para nove anos, com matrícula aos seis anos, como meta da educação nacional. Fundamentada, então, no Plano Nacional de Educação, a Lei n° 11.114, de 16 de maio de 2005, alterou a LDB e tornou obrigatória a matrícula das crianças de seis anos no Ensino Fundamental, seguida pela Lei n° 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que altera novamente a LDB, ampliando o Ensino Fundamental para nove anos de duração, com matrícula aos seis anos de idade, estabelecendo o prazo até o ano de 2010, de implantação obrigatória.

2.2 O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

O Ministério da Educação, com o intuito de promover o debate sobre como implementar a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, promoveu sete encontros regionais no início do ano de 2004, a fim de discutir com as redes de ensino sobre esta ampliação. No seu 1° Relatório do Programa, o Ministério da Educação esclarece que esses encontros regionais subsidiaram a elaboração do documento de orientações para a ampliação do ensino fundamental.

Também, decorrente desses encontros, foram identificadas demandas dos sistemas de ensino por regulamentação sobre diversas questões, tais como os objetivos do Ensino Fundamental de nove anos, em especial os objetivos do primeiro ano, entre outras questões que incentivaram a continuidade de debates.

Em novembro de 2004 foi realizado um novo encontro mais amplo, realizado em Brasília, em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. O Encontro Nacional: Ensino Fundamental de Nove Anos procurou aprofundar os debates sobre a implantação, conforme consta no 2° Relatório do Programa, onde foram levantadas, novamente, diversas inquietações dos participantes do encontro sobre questões práticas para reflexão e aprofundamento posteriores.

O 3° Relatório do Programa resulta de 10 novos encontros, realizados durante o ano de 2005, com a intenção de atualizar as informações sobre o programa, além de responder as dúvidas dos sistemas de ensino sobre a ampliação do ensino fundamental para nove anos. Durante os encontros, foram apresentadas ao Ministério da Educação diversas dúvidas dos gestores e profissionais da educação, como questões quanto a idade para o ingresso no Ensino Fundamental, ou seja, 6 anos completos ou a completar no início do ano letivo; nomenclatura adotada para essa nova organização do ensino, que passou de séries para anos; os apectos legais que fundamentam e normatizam a ampliação do Ensino Fundamental; implicações administrativas que se fizeram necessárias para a ampliação do Ensino Fundamental, como a reorganização de toda a estrutura dos nove anos de ensino, planejando a oferta de vagas, o número de salas de aula, adequações dos espaços físicos, números de professores, entre outras, e também implicações pedagógicas, como a necessidade de elaboração de novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental, questões estas que são analisadas e esclarecidas no 3° Relatório.

Com a implantação do Ensino Fundamental de nove anos, se tornaram necessárias alterações na nomenclatura a ser adotada na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, bem como o tempo de duração de cada etapa e a idade de abrangência. A Resolução nº3, de 3 de agosto de 2005, do Conselho Nacional de Educação, indicou que a Educação Infantil teria cinco anos de duração, sendo que a Creche atenderia as crianças de até 3 anos de idade e a

Pré-Escola as de 4 e 5 anos de idade. O Ensino Fundamental teria nove anos de duração, com cinco anos de duração para os Anos Iniciais, compreendendo as crianças de 6 a 10 anos de idade, e com quatro anos de duração para os anos finais, atendendo dos 11 aos 14 anos de idade.

2.3 AS ORIENTAÇÕES PARA A INCLUSÃO DA CRIANÇA DE SEIS ANOS

Procurando subsidiar as questões que envolvem o currículo escolar, o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Básica, organizou o documento de orientação pedagógica “Ensino Fundamental de Nove Anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade”. Esta publicação foi enviada, no ano de 2007, às escolas públicas brasileiras que declararam, em 2006, ter ampliado o Ensino Fundamental para nove anos de duração.

Este documento apresenta diversos textos elaborados por especialistas na área da Educação. Entre os assuntos abordados nesses textos, destaco: A infância e a sua singularidade; A infância na escola e na vida: uma relação fundamental; O brincar como um modo de ser e estar no mundo; As diversas expressões e o desenvolvimento da criança na escola; As crianças de seis anos e as áreas do conhecimento; Letramento e a alfabetização no ensino fundamental: pensando a prática pedagógica; A organização do trabalho pedagógico: alfabetização e letramento como eixo; Avaliação e aprendizagem na escola: a prática pedagógica como eixo da reflexão; e, por fim, Modalidades organizativas do trabalho pedagógico: uma possibilidade.

Quanto ao currículo para as turmas de primeiro ano do ensino fundamental, o MEC enfatiza que a criança que passa a fazer parte desse nível não pode ser vista como um sujeito a quem faltam os conteúdos da Educação

Infantil, tampouco como alguém que será preparado para as aprendizagens dos anos seguintes no primeiro ano. Portanto, as crianças de seis anos precisam, no primeiro ano, de uma proposta curricular que atenda suas características, como a imaginação, a curiosidade, o movimento e o desejo de aprender aliados à sua forma privilegiada de conhecer o mundo por meio do brincar.

O objetivo de um maior número de anos no ensino obrigatório é assegurar a todas as crianças um tempo mais longo de convívio escolar com maiores oportunidades de aprendizagem. Um fator considerado importante para a inclusão das crianças de seis anos de idade deve-se, também, a estudos que indicam que quando as crianças ingressam na escola antes dos sete anos de idade apresentam, na maioria dos casos, resultados superiores em relação àquelas que ingressaram aos sete anos. CAMPOS et al concordam com esse argumento, tanto é que, no artigo “A contribuição da educação infantil de qualidade e seus impactos no início do ensino fundamental”, da Revista Educação e Pesquisa da USP, nos mostra que pesquisas realizadas em diversos países apontam que freqüentar a Educação Infantil traz benefícios para a aprendizagem das crianças, para a sua escolaridade futura, principalmente para as crianças de classes menos favorecidas. (CAMPOS et al, 2011, p.18)

No documento do MEC “Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade”, Anelise Nascimento, no seu texto “A infância na escola e na vida: uma relação fundamental”, também destaca a questão da democratização do acesso à escola para as crianças provenientes de classes menos favorecidas:

> Vale lembrar que no Brasil, ainda é muito recente a busca pela democratização da escolarização obrigatória e presenciamos agora a sua ampliação. Se já caminhamos para a universalização desse atendimento, ainda temos muito a construir em direção a uma estrutura social em que a escolaridade seja considerada prioridade na vida das crianças e jovens e estes, por sua vez, sejam olhados pela escola nas suas especificidades para que a democratização realmente aconteça. (BRASIL, 2007, p. 27)

No que diz respeito à questão da avaliação, decorrente da reestruturação do ensino fundamental ampliado para nove anos, o Ministério da Educação, no documento “Ensino Fundamental de nove anos: passo a passo do processo de implantação”, considera imprescindível observar os princípios da avaliação elaborados pelo Conselho Nacional de Educação:

> - Processual, participativa, formativa, cumulativa e diagnóstica e, portanto, redimensionadora da ação pedagógica;
> - Não pode repetir a prática tradicional limitada a avaliar apenas os resultados finais traduzidos em notas ou conceitos;
> - Não pode ser adotada como mera verificação de conhecimentos visando ao caráter classificatório;
> - É indispensável a elaboração de instrumentos e procedimentos de observação, de acompanhamento contínuo, de registro e de reflexão permanente sobre o processo de ensino e de aprendizagem;
> - A avaliação, como um momento necessário à construção de conhecimentos pelas crianças no processo de alfabetização. (BRASIL, 2008, *apud* BRASIL, 2009, p.16)

Considera, ainda, que devido a complexidade da alfabetização e do letramento, sobretudo no início da escolarização, a maioria das crianças precisa de um período maior do que um ano letivo para consolidar essas aprendizagens, juntamente com as demais áreas de conhecimento estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, que são: Linguagens (Língua Portuguesa, Língua Materna – para populações indígenas, Língua Estrangeira moderna, Arte e Educação Física), Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas (História e Geografia) e Ensino Religioso. Assim, o processo de avaliação deve considerar que os três anos iniciais do Ensino Fundamental de nove anos destinam-se à construção de conhecimentos para solidificar o processo de alfabetização e letramento, portanto, os procedimentos avaliativos devem respeitar a necessidade desse tempo para o desenvolvimento das diversas formas de expressão das crianças e também os conteúdos por área de conhecimento, compreendendo a complexidade do trabalho pedagógico nessa etapa. Quanto às características da criança se seis anos, ressalta que:

> A ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração significa o ingresso mais cedo à cultura letrada, o que poderá se reverter em um melhor desempenho dos alunos no que diz respeito à alfabetização e ao letramento. É preciso ressaltar, no entanto, que as características da etapa de desenvolvimento devem ser preservadas. Os alunos de 6 anos ainda estão em um momento da vida em que o brincar é parte inerente do seu desenvolvimento e, portanto, é preciso uma readequação da escola para acolher essas crianças no ensino fundamental. (BRASIL, 2009, p.26)

Ao longo do tempo, as concepções sobre infância vem se modificando, e, além disso, a diversidade e pluralidade cultural também contribuem para a transformação dessas concepções. Quanto a idade das crianças para o ingresso no Ensino Fundamental, o Ministério da Educação em suas orientações gerais nos lembra que:

> A idade cronológica não é, essencialmente, o aspecto definidor da maneira de ser da criança e de sua entrada no ensino fundamental. Com base em pesquisas e experiências práticas, constituiu-se uma representação envolvendo algumas das características das crianças de seis anos que as distinguem das de outras faixas etárias, sobretudo pela imaginação, a curiosidade, o movimento e o desejo de aprender aliados à sua forma privilegiada de conhecer o mundo por meio do brincar. (BRASIL, 2004, p.19)

Concordo com os argumentos que indicam que a criança, nessa faixa etária, se expressa e conhece o mundo através do brincar, tido como parte inerente do seu desenvolvimento e indissociável da aprendizagem. Mas não exclusivamente até os seis anos de idade, porque a imaginação, curiosidade, brincadeira, etc. também são características das crianças de 7 a 10 anos, por exemplo.

A seguir, abordarei a metodologia utilizada para esse estudo, que me ajudaram a compreender, afinal, quais são as concepções das professoras que atuam no primeiro ano do Ensino Fundamental de nove anos sobre a organização do trabalho pedagógico para este nível de escolaridade.

3. METODOLOGIA

Neste capítulo apresento os caminhos metodológicos percorridos para a realização desta pesquisa; descrevo a sua abordagem e os instrumentos utilizados para gerar os dados deste estudo.

3.1. INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa, de abordagem qualitativa, foi realizada a partir dos seguintes instrumentos metodológicos: levantamento bibliográfico, a partir do qual foram analisados documentos oficiais do Ministério da Educação sobre a implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos, as orientações para a inclusão da criança de seis anos no Ensino Fundamental, a Lei n° 11.114/05, que torna obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade, a Lei n° 11.274/06, que amplia a duração do ensino fundamental para nove anos, com ingresso aos seis anos, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos, além de diversos livros e artigos relacionados ao tema, Teses e Dissertações e entrevista semi-estruturadas com duas professoras que atuam no Primeiro Ano do Ensino Fundamental de nove anos.

3.2 PARTICIPANTES / ENTREVISTADAS

As entrevistas, guiadas por um roteiro prévio, mas flexível, caracterizando-as como semi-estruturas, foram realizadas com duas professoras que atuam no primeiro ano do ensino fundamental de nove anos, uma professora da rede pública estadual de ensino e outra professora da rede particular, ambas de Porto Alegre. As entrevistas foram realizadas nas escolas onde atuam, não ultrapassando duas horas de conversa com cada uma delas, procurando atender as características e orientações sugeridas por Duarte, que argumenta que:

> [...] encontrar a melhor maneira de formular as perguntas, ser capaz de avaliar o grau de indução da resposta contido numa dada questão, ter algum controle das expressões corporais (evitando o máximo possível gestos de aprovação, rejeição, desconfiança, dúvida, entre outros), são competências que só se constroem na reflexão suscitada pelas leituras e pelo exercício de trabalhos dessa natureza. (DUARTE, 2002, p.146).

Para as entrevistas semi-estruturadas foi elaborado um roteiro, que consta como Apêndice ao final desse trabalho. As entrevistas foram realizadas com o intuito de conhecer qual a concepção destas professoras do primeiro ano sobre a organização do trabalho pedagógico nesta etapa da escolarização. Expliquei que através do roteiro para entrevista que eu tinha em mãos poderíamos iniciar uma conversa sobre o primeiro ano do Ensino Fundamental; que as entrevistas seriam gravadas em arquivo de áudio, de acordo com o que consta no Termo de Consentimento que foi entregue a elas, conforme apresentado no Apêndice a este respeito, ao final desse estudo.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A primeira professora entrevistada, a qual chamarei de P1, atua na rede estadual de ensino, tem 33 anos, possui formação em Magistério – nível médio – Séries Iniciais e Graduação – nível superior – Licenciatura em Letras / Língua Portuguesa. É professora há 15 anos, sendo 11 destes na rede estadual do Rio Grande do Sul, primeiramente em cidades do interior do estado e nos últimos 4 anos na capital, para onde precisou vir transferida. Atualmente, trabalha só um turno em uma escola localizada na região central de Porto Alegre, no bairro Cidade Baixa, com uma turma de primeiro ano do Ensino Fundamental de nove anos.

Durante todo esse período em que é professora, trabalhou com diferentes níveis de escolaridade e faixas etárias diversas, atuando como professora titular de classe nas primeiras e segundas séries iniciais do Ensino Fundamental e como professora da disciplina de Língua Portuguesa nas quintas a oitavas séries nos anos finais do Ensino Fundamental. Na escola onde trabalha atualmente, já é professora há 4 anos, e a faixa etária com a qual trabalha não foi escolhida por ela, mas proposta pela Direção da escola. O que mais chama a sua atenção em relação às crianças dessa faixa etária – 6 anos – é a alegria em aprender, a curiosidade e a expectativa em relação às primeiras letras e os números, além do momento que considera mágico: o despertar para a leitura e escrita.

Quando questionada sobre a faixa etária (ou etapa de escolaridade) com a qual tem mais afinidade, afirma que prefere trabalhar com as crianças de seis a sete anos, porque acredita que os resultados em relação às aprendizagens são mais significativos nesse período, que o retorno do investimento do seu trabalho é imediato, ressaltando também que a afetividade das crianças para com ela é muito forte nesta etapa.

Quanto a sua formação, perguntei se ela direcionou-a para essa faixa etária com a qual ela afirma ter mais afinidade, e ela considera que sim, porque durante o curso de Magistério aprendeu didáticas e conteúdos específicos para este período. Afirma ainda que na faculdade, quando cursou Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa, aprofundou-se nos estudos sobre a Literatura e ensino de Língua Portuguesa, mas que prefere trabalhar com os pequenos.

Identifica muitos aspectos semelhantes e diferentes na sua prática como professora com faixas etárias diversas. Aponta que os pequenos, principalmente aqueles com quem convive hoje, que são do Primeiro Ano do Ensino Fundamental de Nove Anos, trazem uma expectativa muito grande acerca do que lhes será ensinado; que trazem uma alegria que ela acredita que vá se esvaindo com o passar do tempo. Diz achar muito mágico trabalhar com esta faixa etária. Já com os pré-adolescentes, acredita que tem que ter um ritmo diferente, uma outra forma de diálogo, mas que esta etapa também tem os seus encantos, onde há a possibilidade de enriquecer muito como pessoa e como profissional.

Ao ser questionada sobre os aspectos os quais considera semelhantes e diferentes entre o trabalho da Educação Infantil e o do Primeiro Ano do Ensino Fundamental, P1 informa que não conhece na prática o trabalho da Educação Infantil, nem tampouco conviveu em escolas que tivessem turmas desse nível. O que sabe a respeito do trabalho desenvolvido nessa etapa da escolaridade se deu através de depoimentos de colegas e pesquisas bibliográficas feitas por iniciativa própria. O que há de semelhante, segundo acredita, é a faixa etária, que se dá entre os 5 e 6 anos, que permite, então, trabalhar de forma semelhante aspectos cognitivos e motores.

No que diz respeito aos aspectos diferentes entre as duas etapas, a professora explica que no primeiro ano trabalha com a leitura e escrita, sem deixar de lado a ludicidade “vinda da Educação Infantil”, o que procura manter nessa nova etapa:

> No primeiro ano, porém, direciona-se também para a leitura e escrita, para a individualidade, para a responsabilidade, além de toda a convivência social que uma escola maior oferece. Lembrando de nunca deixar de lado a ludicidade vinda da Educação Infantil.(P1)

(P1) afirma que no primeiro ano trabalha com leitura e escrita; o que nos faz pensar que, provavelmente, ela prioriza a alfabetização como principal aspecto e/ou objetivo desta etapa da escolaridade. Quanto aos aspectos que considera semelhantes e diferentes entre o trabalho do primeiro ano e o da primeira série, (P1) explica que o que sentiu na mudança, principalmente no primeiro ano de implantação, foi quanto ao momento e a forma de apresentar os conteúdos:

> Minha escola era tradicional neste sentido (quanto ao momento e forma de apresentar os conteúdos), e foi necessária uma reavaliação do planejamento para adequar-se à nova faixa etária. O principal de tudo – e uma das diferenças – é que demoramos mais a apresentar os conteúdos e cobrá-los oficialmente. (P1)

A professora (P1), então, demorou mais a apresentar os conteúdos, agora no Primeiro Ano, que antes eram trabalhados com as crianças na Primeira Série, ou seja, ao que tudo indica, anteciparam os objetivos e conteúdos da tradicional primeira série para o primeiro ano e não pensaram o primeiro ano como algo com uma especificidade a ser considerada, diferente da primeira série; trata-se da programação e objetivos da primeira série aplicada a crianças um ano mais novas.

Outro ponto destacado pela professora (P1) diz respeito ao trabalho que ela sempre fazia no início do ano letivo, com as crianças da antiga primeira série e que, ao que parece, não é mais tão necessário em relação às crianças que chegam ao primeiro ano tendo freqüentado a Educação Infantil:

> Antes de tudo, havia um período de socialização, de trabalho com a motricidade, de preparação para a leitura e escrita. Cada vez mais essa diferença vem desaparecendo, talvez porque as escolas de Educação Infantil têm trabalhado mais esses aspectos, não sei bem... (P1)

Ou seja, ao que parece, ela está dizendo que no atual primeiro ano não precisa fazer essa parte do trabalho que tradicionalmente fazia na primeira série porque as crianças vindas da Educação Infantil já trazem esses aspectos desenvolvidos, provavelmente, trabalhados pelas professoras da Educação Infantil. No entanto, o que dizer das crianças que chegam ao primeiro ano sem ter freqüentado a Educação Infantil? Sabemos que não há vagas para todas as crianças na Educação Infantil e também que, por não ser obrigatória, muitas crianças não freqüentam esta etapa da escolaridade e só vão para a escola no primeiro ano do Ensino Fundamental. (P1) sabe disso e está atenta a essas distintas realidades das crianças, enfatizando, inclusive, que esta diferença foi, justamente, o que mais lhe desafiou no início do ano letivo. Tanto é assim que, ao falar sobre quais eram as suas expectativas quando foi trabalhar com o primeiro ano pela primeira vez, (P1) conta que tinha dúvidas em relação às características desta faixa etária, que estava receosa quanto ao trabalho e ao planejamento e não sabia como seria o retorno das crianças ao trabalho dela. Mas considera que esteve otimista o tempo todo, e acredita que isso tenha ajudado. Nesse momento, revela que o que mais a desafia no trabalho do primeiro ano, todos os anos, é o período de início de ano letivo:

> O que mais me desafia é o início do ano, quando recebo uma turminha completamente nova e heterogênea. Há crianças da mesma faixa etária, mas com vivências diferentes, há as que frequentaram creche, outras não; há as que têm contato diário com cultura e material escrito, outras nem tanto. A dificuldade é equilibrar estas diferenças. (P1)

Quando a (P1) fala que há crianças que frequentaram a Creche e outras não, na verdade, está se referindo à Educação Infantil como um todo, porque Creche é a nomenclatura que compreende o período de 0 a 3 anos na Educação Infantil, e Pré-escola o que atende as crianças dos 4 aos 5 anos de idade. Então, ela quer dizer que algumas crianças frequentaram a Creche e ou Pré-escola, ou seja, a Educação Infantil, e outras não. E esta é uma importante informação para a reflexão sobre o tema e para pensarmos o ponto de vista de (P1) sobre os princípios de planejamento e organização do seu trabalho para o primeiro ano. Explico: (P1) reconhece diferenças entre as crianças que chegam ao primeiro ano vindas destas diferentes realidades e levanta a hipótese que as crianças que estão tendo o seu primeiro contato com a vida escolar só agora no primeiro ano do Ensino Fundamental, foram privadas de experiências escolares significativas anteriores, como por exemplo, aquelas relativas à socialização e à motricidade, via desenho, pintura, modelagem, recorte e colagem, alinhavo, rodas de conversa, aprendizado de regras e elaboração de combinados entre todos do grupo, resolução acompanhada ou não de conflitos de naturezas diversas, etc. que são trabalhadas enfaticamente na Educação Infantil. Principalmente porque, para (P1), estes dois aspectos são muito valorizados e associados por ela à alfabetização.

Quando questionada sobre como é que ela foi montando o “quebra-cabeça” sobre as características do trabalho com o primeiro ano, até a sua prática pedagógica como professora dessa etapa, desde a primeira vez que ouviu falar sobre o primeiro ano do Ensino Fundamental de nove anos, (P1) relata que esse processo levou alguns anos e que ainda não está encerrado:

> O processo levou alguns anos, e confesso que ainda pesquiso muito sobre o que e como trabalhar neste período, já que minha formação não foi direcionada para a Educação Infantil. Na escola, na época, foram realizadas muitas reuniões com a Supervisão e professoras, a fim de organizar o planejamento. (P1)

Parece, então, que (P1) estabelece relações entre o primeiro ano com a Educação Infantil tomando como critério mais significativo a idade das crianças, o que a faz acreditar que, conforme destacado por ela anteriormente, essa é a semelhança entre a Educação Infantil e o primeiro ano: a idade das crianças. Acredita poder então que pode trabalhar de forma semelhante os aspectos cognitivos e motores que, na sua concepção, são característicos do trabalho da Educação Infantil – com as crianças no primeiro ano, que entram agora aos seis anos no Ensino Fundamental. , e este é um público novo para esta escola, que trabalhava somente a partir da primeira série. Ao mesmo tempo, alfabetiza, o que é uma característica marcante da primeira série do Ensino Fundamental. Os documentos do Ministério da Educação já previam essas evidentes tensões entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental; o que cabe a cada etapa? Como valorizar as conquistas de uma e as especificidades da outra?

Outro aspecto apontado por ela como comparativo entre o trabalho do primeiro ano e o da primeira série trata-se da obrigatoriedade (ou não) de se alfabetizar nesse período:

> Hoje em dia não há a obrigatoriedade de alfabetizar até o final do (primeiro ano), sendo que a alfabetização pode efetivar-se até o final do segundo ano, e, além disso, não se reprova. Isso nos dá liberdade para trabalhar mais ludicamente os conteúdos, embora em nossa escola o trabalho seja voltado para a alfabetização ainda no primeiro ano e o índice (de alfabetização) é de cerca de 90%. (P1)

Ao que parece, pela citação acima, (P1) desconhece o "Ciclo da Infância", que estabelece o primeiro ano do Ensino Fundamental como parte integrante de um ciclo de três anos de duração, conforme o parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CEB nº4/2008, de 20 de fevereiro de 2008, que ressalta os três anos iniciais como um período voltado à alfabetização e ao letramento. Conforme a Resolução nº7, de 14 de dezembro de 2010, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos, não se reprova ao final do 2º ano desse ciclo:

> [...] será necessário considerar os três anos iniciais do Ensino Fundamental como um bloco pedagógico ou um ciclo seqüencial não passível de interrupção, voltado para ampliar a todos os alunos as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos. (BRASIL, 2010, p.9)

Portanto, a alfabetização das crianças pode efetivar-se até o final do terceiro ano, e, ao contrário do que pensa (P1), não se reprova ao final do segundo ano; as retenções, caso aconteçam, se darão ao final do terceiro ano. Mesmo afirmando que no primeiro ano não tem a obrigação de alfabetizar, para (P1) esse é o conteúdo prioritário dessa etapa, como antes ocorria com as primeiras séries, quando as crianças tinham sete anos de idade e não seis, como agora, no primeiro ano do Ensino Fundamental de nove anos. A única diferença

apontada por (P1) é que agora, com o primeiro ano, ela tem a liberdade para trabalhar os conteúdos de forma mais lúdica e por mais tempo, porque a alfabetização, segundo seu entendimento, pode efetivar-se até o final do segundo ano. Mas, na prática, as crianças sob sua responsabilidade no primeiro ano são alfabetizadas já aos seis anos, iniciando, grande parte delas, o segundo ano alfabetizadas, pois essa é uma opção da escola em que ela trabalha. Provavelmente, a equipe de profissionais da escola em que (P1) trabalha desconhece as reflexões sobre o currículo para esta etapa apresentadas no 3° Relatório sobre a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, do Ministério da Educação, que nos esclarece que:

> O primeiro ano do ensino fundamental de nove anos não se destina exclusivamente à alfabetização. Mesmo sendo o primeiro ano uma possibilidade para qualificar o ensino e a aprendizagem dos conteúdos da alfabetização e do letramento, não devem ser priorizadas essas aprendizagens como se fossem a única forma de promover o desenvolvimento das crianças dessa faixa etária. É importante que o trabalho pedagógico implementado possibilite ao aluno o desenvolvimento das diversas expressões e o acesso ao conhecimento nas suas diversas áreas. (Brasil, 2006, p.9)

E se desconhecem esse documento, fico me questionando por que será que desconhecem, principalmente por se tratar de um documento oficial, produzido pelo Ministério da Educação, veiculado pelo site deste ministério, de acesso fácil e gratuito? Ao mesmo tempo me pergunto sobre, afinal, qual é o trabalho que vem sendo realizado pelo MEC e pela Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul para orientar as equipes das escolas desta rede sobre a inclusão das crianças de seis anos no Ensino Fundamental de nove anos. (P1) fala que sua escola participou de formações sobre o tema e que teve repassadas as informações a este respeito, mas parece que isso não foi suficiente para inteirar-se e atualizar-se sobre o tema. A que documentos ela teve acesso? Que documentos ela desconhece? Não consegui identificar isso durante a entrevista com ela. Diante disso, fico refletindo: seria o caso de considerar que os

profissionais que atuam nas escolas têm pouca autonomia, ou pouco interesse, ou pouco compromisso, ou pouca iniciativa para se inteirarem dos novos projetos e propostas que demandam transformações objetivas em suas práticas de sala de aula, o que faz com que acabem produzindo uma versão da própria cabeça sobre o que precisa ser feito de outro jeito, fundamentada naquilo que acham que é porque ouviram falar, ao invés de acessarem os documentos oficiais disponíveis no site oficial do governo federal; ao invés de lerem, refletirem, discutirem em equipe os conteúdos destes documentos, e então organizarem suas práticas junto às crianças? Ou será que foi pequeno o investimento do MEC para apresentar à comunidade escolar o projeto de implantação do Ensino Fundamental de nove anos e da inclusão da criança de seis anos no Ensino Fundamental de nove anos? Longe de chegar a uma conclusão justa em relação a qualquer uma das partes envolvidas, mesmo com as contribuições que chegam por esta pesquisa, sigo pensando a respeito e ouvindo o que (P1) tem a nos dizer.

Sobre sua turma atual, o primeiro ano do ensino fundamental de nove anos, questionei a respeito de como ela organiza a sua prática pedagógica, solicitando que descrevesse a rotina de uma semana típica da sua turma:

> Tenho um planejamento semanal. Tem um dia da semana em que me organizo para pesquisar e criar material para as aulas. Na escola, semanalmente, também há um período extraclasse em que me reúno com minha paralela para planejarmos juntas os conteúdos e práticas. Uma semana típica de minha turma seria mais ou menos assim: Diariamente há um período de oração e contação de novidades, em que os alunos expõem suas notícias e expectativas, quando trabalho a oralidade. Dos acontecimentos mais importantes, o que pode ser uma notícia ou uma data significativa, produzimos diariamente textos coletivos ou individuais, dependendo da proposta. O alfabeto é explorado diariamente e a identificação de nomes dos alunos também, através da chamada em um cartaz. Os numerais também estão presentes em um calendário móvel e uma tabela de

numerais e quantidades. Há também a Hora do Brinquedo, Educação Física, Informática, Hora do Conto e troca de livros, Recreação na pracinha e Hora das Artes, em que trabalho expressão corporal, musical e artes plásticas. (P1)

Ao que tudo indica, (P1) demonstra organizar os conteúdos pelas áreas do conhecimento, conforme as orientações da Resolução Nº7 de 14 de Dezembro de 2010, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos. Ou seja, parece que (P1) conhece e organiza o trabalho de sua turma a partir das orientações deste documento. No entanto, fica a pergunta: se as orientações oficiais são de não focar na alfabetização no primeiro ano e a escola de (P1) entende que as crianças devem ser alfabetizadas já no primeiro ano – e, neste sentido, nesta escola, (P1) é um exemplo de professora a ser seguido, pois chega ao final do ano com 90% das crianças alfabetizadas –, em que momento e por que motivos tal desvio de orientação acontece, uma vez que a escola de (P1) conhece as orientações do MEC, mas escolhe organizar o trabalho no primeiro ano ao contrário do que dizem tais orientações? Sinto-me diante de um quebra-cabeça bastante complexo e desafiador. Talvez (P1) sinta-se assim também, diante da recentidade da demanda que chega com a implantação do Ensino Fundamental de nove anos.

Por falar em quebra-cabeça, quando perguntei a (P1) sobre como é que ela foi montando o “quebra-cabeça” sobre as características do trabalho com o primeiro ano, até a sua prática pedagógica como professora dessa etapa, desde a primeira vez que ouviu falar sobre o primeiro ano do Ensino Fundamental de nove anos, (P1) relata que esse processo levou alguns anos e que ainda não está encerrado:

O processo levou alguns anos, e confesso que ainda pesquiso muito sobre o que e como trabalhar neste período, já que minha formação não foi

direcionada para a Educação Infantil. Na escola, na época, foram realizadas muitas reuniões com a Supervisão e professoras, a fim de organizar o planejamento. (P1)

Nesta fala de (P1) encontramos mais uma peça para o quebra-cabeça, que é o direcionamento da formação de (P1) para as séries iniciais do Ensino Fundamental, quando ainda era seriado e de oito anos, portanto, distante das transformações e discussões atuais. Por isso, quando olha para as crianças de seis anos no primeiro ano do Ensino Fundamental de nove anos, evoca a última turma da Educação Infantil, tradicionalmente chamada de Pré ou Jardim e elabora uma articulação que resulta numa hipótese de trabalho junto ao primeiro ano que funde Educação Infantil e Ensino Fundamental. Ou seja: crianças de seis anos de idade são da Educação Infantil, em que se trabalha enfaticamente a socialização, a motricidade fina, focando o aspecto cognitivo das crianças, com vistas à alfabetização posterior na primeira série do Ensino Fundamental. No entanto, neste momento, com as transformações ocorridas no sistema educacional, uma vez que as crianças de seis anos foram encampadas pelo Ensino Fundamental de nove anos, mantém-se estes aspectos do trabalho da Educação Infantil e antecipa-se a alfabetização tradicionalmente realizada na primeira série. Um híbrido produzido pelo senso comum, muito provavelmente, exercício elaborado por grande parte da população de educadores que não se dispôs a ler as orientações oficiais a este respeito. Os documentos do Ministério da Educação já previam essas evidentes articulações e tensões entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental: afinal, o que cabe a cada etapa? Como valorizar as conquistas e como definir as especificidades de cada uma delas?

Analisando mais a fundo os dados da entrevista de (P1), chego até mesmo a me confundir, pois ao mesmo tempo que diz que não recebe suporte ou orientação para a organização do trabalho com essa faixa etária, diz também que há um acompanhamento e apoio da supervisão da escola. Será que eu é que não

estou entendendo, ou será que ela é que está se contradizendo? Para contribuir com a minha confusão, diz que providenciou suporte ou orientação para organizar o trabalho junto a esta faixa etária através de muita pesquisa bibliográfica e pela internet, ou seja, sozinha, sem o apoio e acompanhamento da equipe diretiva.

Após a entrevista, perguntei sobre o brincar, buscando saber quais momentos eram dedicados ao brincar na rotina dela e com que frequência ela brincava com seus alunos. (P1) informou que eles brincam no momento do recreio, com duração de 15 minutos diariamente, mas que ela não as acompanha. As crianças de seis anos do primeiro ano ficam em um pátio separado dos demais alunos da escola e brincam sozinhas, observadas por uma monitora da escola. Nos dias chuvosos, fazem o recreio na sala, quando então brincam com alguns jogos que a turma dispõe, que ficam guardados no armário da professora para serem utilizados no horário do recreio, nos dias de chuva. Percebi, pela resposta dela, que o brincar é deixado de lado no planejamento, não considerado importante nessa etapa. Contam também com alguns jogos pedagógicos, predominantemente do tipo quebra-cabeça do alfabeto, de vogais, de letras iniciais, enfim, direcionados ao trabalho alfabetizador que, conforme já foi considerado aqui, reflete o esforço dessa professora em obter o sucesso na alfabetização da sua turma. Passemos agora a (P2) para conhecermos o que ela tem a nos dizer.

A segunda professora entrevistada, a qual chamarei de (P2), pertence à rede particular de ensino, tem 26 anos, possui formação em Licenciatura em Pedagogia – Educação Especial, Licenciatura em Pedagogia – Séries Iniciais e Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional. É professora há 5 anos. Atualmente, trabalha em duas escolas, uma delas localizada na região central de Porto Alegre, no bairro Bom Fim, com uma turma de Primeiro Ano do Ensino Fundamental de nove anos.

Durante esse tempo em que é professora, trabalhou com diferentes níveis de escolaridade e faixas etárias, atuando como professora titular de classe nos primeiros e segundos anos iniciais do Ensino Fundamental, sendo que com o

primeiro ano é a sua primeira experiência e com o segundo ano ficou por um ano, no ano anterior. Trabalhou por 3 anos com classes multisseriadas, com idades de 14 a 21 anos, na Educação Especial. Quando questionada sobre a faixa etária (ou etapa de escolaridade) com a qual ela tem mais afinidade, afirma que não tem preferência, porque cada faixa etária tem as suas vantagens e gosta de trabalhar com todas.

Informou que primeiramente se formou em Pedagogia, com habilitação em Educação Especial pois, inicialmente, desejava trabalhar somente com alunos com necessidades educativas especiais (de todas as idades) e iniciou trabalhando somente nesta área. Então, contou que em uma das escolas na qual trabalha atualmente foi-lhe sugerida, no ano anterior, a turma de segundo ano do ensino Fundamental de nove anos, ela aceitou o desafio e se encantou. Depois desse ano trabalhando com a turma de segundo ano, decidiu fazer a habilitação para séries iniciais. Hoje trabalha em um turno com Educação Especial e outro turno com o primeiro ano do Ensino Fundamental. Ela afirma ser muito feliz por ter a oportunidade de trabalhar nas duas áreas. Acredita que em todas as turmas (em todas as faixas etárias) encontrará crianças com tempos diferentes para adquirir determinados conhecimentos e que, portanto, é preciso estar preparada para planejar atividades diferenciadas e entender as peculiaridades de cada aluno.

Na escola onde trabalha atualmente, já é professora há 5 anos, e a faixa etária com a qual trabalha não foi escolhida por ela, mas proposta pela equipe diretiva da escola. Mas ela afirma ser muito grata por lhe terem dado a oportunidade de trabalhar com o primeiro ano, por considerar encantador trabalhar com essa etapa. O que mais chama sua atenção em relação às crianças dessa faixa etária – 6 anos – é que para elas tudo é mágico, os olhos delas brilham a cada proposta de trabalho, são espontâneas, curiosas, ativas e alegres.

Ao ser questionada sobre os aspectos que considera semelhantes e diferentes entre o trabalho da Educação Infantil e o do primeiro ano do Ensino Fundamental, (P2) responde que não pode destacar nenhum aspecto semelhante ou diferente, porque não conhece o trabalho da Educação Infantil. Quanto aos

aspectos que considera semelhantes e diferentes entre o trabalho do Primeiro Ano e o da Primeira Série, informa que não chegou a trabalhar com a primeira série, mas acredita que:

> As crianças de hoje estão mais adiantadas devido ao fato de serem estimuladas desde muito cedo. Sendo assim, imagino que o que era trabalhado na 1ª série pode ser trabalhado com o 1° ano, até mesmo porque as escolas estão cada vez mais buscando materiais diferenciados e propostas mais lúdicas. (P2)

Acredito que (P2) relaciona o fato de as crianças de hoje estarem "adiantadas" devido aos estímulos que recebem desde cedo, provavelmente porque, conforme informou, todos os seus alunos freqüentaram a Educação Infantil. Nesse sentido, seu ponto de vista é o mesmo que o de (P1). (P2) também considera que no primeiro ano deve-se antecipar os objetivos e conteúdos da tradicional primeira série, contrariando as orientações do Ministério da Educação, que em seu 3° Relatório sobre a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, alerta para o fato de que o currículo do primeiro ano não deve ser uma antecipação e uma reprodução do currículo da antiga primeira série:

> É importante lembrar que o conteúdo do 1° ano do ensino fundamental de nove anos não deve ser o conteúdo trabalhado no 1° ano/1ª série do ensino fundamental de oito anos, pois não se trata de realizar uma adequação dos conteúdos da 1ª série do ensino fundamental de oito anos. (Brasil, 2006, p.9)

Quando questionada sobre como é que ela foi montando o "quebra-cabeça" sobre as características do trabalho com o primeiro ano, até a sua prática pedagógica como professora dessa etapa, desde a primeira vez que ouviu falar sobre o primeiro ano do ensino fundamental de nove anos, (P2) afirma que concluiu a Faculdade de Pedagogia com habilitação em Séries Iniciais

recentemente, o que acredita que tenha contribuído para que disponibilizasse de materiais diversos sobre esse assunto e que, além disso, a Coordenadora Pedagógica da escola em que ela trabalha com o primeiro ano apresentou para os professores toda a proposta da escola para o Ensino Fundamental de nove anos.

Diante disso, temos, novamente, de um lado, as orientações oficiais do Ministério da Educação e, de outro, as apropriações e ou as discordâncias dos profissionais que atuam diretamente com as crianças e suas famílias em relação às orientações oficiais. Quanto há de discordância nesta postura de (P2) e da equipe da sua escola? Quanto há de apropriação e ou não compreensão em relação ao que dizem estes documentos? Quanto há de ignorância e ou omissão e negligência em relação a estes documentos? Infelizmente, estas perguntas continuam em suspenso, uma vez que não consegui elaborar respostas a elas, mesmo com as entrevistas realizadas com (P2) e (P1).

(P2) revela também que sua maior expectativa ao trabalhar com o primeiro ano foi quanto à efetivação da alfabetização de seus alunos:

> Acredito que mesmo sabendo que a alfabetização se estende durante os dois primeiros anos, eu desejava ver meus alunos alfabetizados o quanto antes. No momento (vale lembrar que esta entrevista foi realizada em outubro de 2011) apenas uma aluna ainda não está alfabetizada, mas estará até o final do ano.

Novamente, o trabalho pedagógico no primeiro ano do Ensino Fundamental de nove anos aparece vinculado à alfabetização, mesmo (P2) reconhecendo que este não é um objetivo dessa etapa, a qual é dedicada dois anos, ou seja, que a prioridade em relação à alfabetização estaria relacionada ao segundo ano, embora, como já vimos, do ponto de vista dos documentos oficiais, o Ciclo da Infância compreenda os três primeiros anos, período em que a

alfabetização deve efetivar-se. Então, por que então esta antecipação? O que a justifica? Em nome de que? Infelizmente, concluo a entrevista com (P2) sem saber, pois procurei ser o mais imparcial possível, respeitando o que havia lido sobre as técnicas de entrevista. Quis deixá-la o mais a vontade possível, para falar o que realmente acredita, pois é isso o que importa na pesquisa. E talvez por isso, tenha conseguido a sinceridade de (P2), que revela que, na sua escola, a alfabetização sempre se dá no primeiro ano do Ensino Fundamental, tanto quando as crianças entravam com sete anos como agora, quando entram com seis anos. Contou ainda que se sente um pouco perdida com o que e como fazer no primeiro ano, porque na sua escola, tradicionalmente, a primeira série ficava sempre com a mesma professora e, no momento da transição do Ensino Fundamental para nove anos, eles não mudaram a nomenclatura, continuaram denominando esse novo primeiro ano de primeira série, e que o trabalho, mesmo com crianças um ano mais novas, foi mantido o mesmo que tradicionalmente era feito pela mesma professora com as crianças que ingressavam aos sete anos. Conforme já mencionado anteriormente, essa é a primeira experiência da (P2) com a turma de primeiro ano, outro fator que, provavelmente, incentive a continuidade das práticas predominantemente alfabetizadoras anteriormente desenvolvidas pela outra professora dessa mesma escola, a qual (P2) está substituindo nesse ano por ela estar em licença maternidade.

Sobre o que mais a desafia (ou a desafiou inicialmente) no trabalho do primeiro ano, (P2) avalia que, como trabalha com uma turma pequena, com doze crianças, tenta contemplar ao máximo as necessidades de cada um. Diz ficar o tempo todo pensando em alternativas para ajudar seus alunos a evoluírem cada vez mais.

Sobre a forma de organizar a sua prática pedagógica, descrevendo a rotina da sua turma, (P2) informa que diariamente tem a Hora da Roda e da Rotina, onde conversam sobre diversos assuntos, como as atividades que serão realizadas, as datas comemorativas, o calendário, etc. Em outros momentos, realizam atividades dos projetos da turma, exploram o livro “Alfabeto de Histórias”,

entre outras atividades de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Sociais e Ciências Naturais. A turma também tem outras aulas especializadas com outros professores, como Inglês, Artes, Filosofia e Educação Física.

(P2) considera que, no momento em que está trabalhando com o jornal com a sua turma, está trabalhando também Língua Portuguesa, atualidades, previsão do tempo. Diariamente, realizam a marcação do dia no calendário, momento que trabalha com os conhecimentos matemáticos. Acredita que todas as áreas estão relacionadas na sua rotina, e que todas são importantes. Assim, (P2) também demonstra organizar os conteúdos pelas áreas do conhecimento, o que me leva a pensar que ela conhece a Resolução N° 7, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos, Resolução esta que ela diz ter se apropriado na Faculdade de Pedagogia – Séries Iniciais e também durante as reuniões de professores do Ensino Fundamental na sua escola.

Ao ser questionada se recebe algum suporte ou orientação para a organização do trabalho com essa faixa etária, (P2) conta que, desde o início do seu trabalho com o primeiro ano, a Coordenadora Pedagógica da escola está sempre muito perto dela, auxiliando-a no que precisar, mostrando-se disponível a lhe ajudar sempre que tem alguma dúvida quanto ao planejamento e organização do seu trabalho, e que, além disso, busca informações e orientações nos seus materiais da faculdade, no acervo da escola, na internet e entre as colegas da escola.

Após a entrevista, perguntei a ela sobre o brincar, buscando saber quais momentos eram dedicados ao brincar na rotina dela e com que frequência ela brincava com seus alunos. (P2) informa que eles têm um momento bem longo para brincar, um recreio de mais de 30 minutos, diariamente, então, não vê a necessidade de abrir mais um espaço na rotina diária para as brincadeiras, visto que todos frequentaram a Educação Infantil e acredita que lá a função era essa, de ficar brincando bastante. Informou que em um dia da semana permite que tragam de casa algum jogo para brincar no final da aula, instantes antes de irem

embora, mas que ela não participa desse momento, fica observando toda a turma enquanto eles brincam sozinhos ou em grupos. Percebi, pela resposta dela, que o brincar é deixado de lado no planejamento, não considerado importante nessa etapa, sendo que o recreio é o único momento destinado ao brincar das crianças.

Quando, ao final da entrevista com (P1), senti a necessidade de perguntar sobre o brincar, foi porque, do meu ponto de vista, ela não havia relatado se na organização do trabalho pedagógico com o primeiro ano, proporcionava ou favorecia o brincar. O mesmo ocorreu ao final da entrevista com (P2), em cujo relato também foi possível perceber a ausência da brincadeira na organização do seu trabalho, sendo esta considerada por ela objetivo da Educação Infantil. Acredito que a brincadeira poderia ser vista como uma possibilidade de aproximação, de continuidade entre as práticas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, para que juntas, estas duas etapas produzam uma proposta de continuidade educativa que respeite e contemple os direitos das crianças, não somente no primeiro ano, mas em todo o Ensino Fundamental.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização dessa pesquisa, acabo por constatar que as duas professoras entrevistadas, P1 e P2, colocam a alfabetização como central nas suas práticas pedagógicas junto ao primeiro ano. Embora a ampliação do Ensino Fundamental de oito para nove anos tenha como um de seus objetivos prolongar o tempo para que a alfabetização ocorra, mesmo assim, as professoras entrevistadas tem a alfabetização como objetivo principal da organização do seu trabalho e, ao final do primeiro ano, praticamente todas as crianças, alunas das professoras entrevistadas, estão alfabetizadas, o que é motivo de orgulho para elas e, provavelmente, motivo de muitos elogios por parte das colegas de equipe e, principalmente, dos pais e familiares das crianças.

Fora a questão da alfabetização, que foi o aspecto mais marcante na narrativa das professoras quanto à organização do trabalho pedagógico no primeiro ano, percebi uma quase ausência de momentos de brincadeiras nas falas das professoras, embora elas considerem a ludicidade importante nessa etapa, mas, curiosamente, aplicada restritivamente à transmissão de conhecimentos, ou seja, a ensinar ludicamente algo às crianças. Ficou evidente, assim, que, para as professoras entrevistadas, o brincar não é visto como um momento importante no planejamento do trabalho e, consequentemente, na rotina do primeiro ano, ficando restrito, predominantemente, ao recreio ou aos momentos de espera dos pais, quando vêm buscar as crianças, ao final do período. Nestes momentos, as professoras não se envolvem, não participam das brincadeiras com as crianças que, quando brincam ou jogam, o fazem sozinhas ou na companhia de outras crianças.

Constato, então, que o currículo do primeiro ano está sendo entendido e caracterizado como uma antecipação e uma reprodução do currículo da tradicional primeira série do Ensino Fundamental de oito anos. Constato que,

do ponto de vista de (P1) e (P2), a especificidade, a prioridade desse ano a mais da escolaridade obrigatória do Ensino Fundamental de nove anos é a alfabetização, desconsiderando, pelas suas concepções e práticas, as orientações dos documentos oficiais, que afirmam que o primeiro ano do Ensino Fundamental de nove anos não se destina exclusivamente à alfabetização e, tampouco, a antecipar para as crianças de seis anos os conteúdos da tradicional primeira série.

Considero lamentável chegar a estas considerações e imagino que, infelizmente, muito provavelmente, há um grande número de educadores pensando como as professoras entrevistadas e reproduzindo práticas predominantemente alfabetizadoras em detrimento do direito das crianças de viverem as suas infâncias plenamente na escola. Crianças estas que são, muitas vezes, obrigadas a sentar em classes enfileiradas, umas atrás das outras, mantendo-se em silêncio e passando horas tentando copiar a data do quadro e completando folhas de atividades descontextualizadas. Não sou contra a alfabetização, muito pelo contrário, apenas avalio que nessa etapa da vida, a criança tem outras necessidades e prioridades, como a brincadeira, por exemplo, e que, por terem esse ano a mais para desenvolverem as habilidades da alfabetização, esse não deve ser o objetivo exclusivo dessa etapa, ampliando as possibilidades de aprendizagens das crianças e garantindo a qualidade na educação, que, acredito, não se resume exclusivamente ao sucesso da alfabetização antecipada.

As discussões sobre o tema não se encerram, pelo contrário, são ainda mais necessárias, principalmente porque, pela Emenda Constitucional nº59, de 11 de novembro de 2009, a partir de 2016, a faixa etária da escolarização obrigatória será ampliada dos 4 aos 17 anos, intensificando, assim, a urgência dos mesmos e de novos debates.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ensino Fundamental de nove anos***:* orientações gerais. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília, julho de 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/noveanorienger.pdf>. Acesso em Novembro. 2011.

_____. **Ensino Fundamental de nove anos***:* orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília, FNDE, 2006.

_____. **Ensino Fundamental de nove anos***:* passo a passo do processo de implantação. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task =doc_download&gid=700&Itemid=>. Acesso em Novembro. 2011

_____. **Ampliação do Ensino Fundamental para nove anos***:* 1° Relatório do Programa. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/9anosrelat.pdf>. Acesso em Novembro. 2011.

_____. **Ampliação do Ensino Fundamental para nove anos***:* 2° Relatório do Programa. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/efrelatoria2.pdf>. Acesso em Novembro. 2011.

_____. **Ampliação do Ensino Fundamental para nove anos***:* 3° Relatório do Programa. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília,

2006. Disponível em: <http://deribeiraopreto.edunet.sp.gov.br/3relmec.pdf>. Acesso em Novembro. 2011.

____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº4, de 20 de fevereiro de 2008** . Orienta sobre os três anos iniciais do Ensino Fundamental de nove anos. Brasília, DF, 2008.

____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº7, de 14 de dezembro de 2010**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos. Brasília, DF, 2010.

____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada e publicada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

____. **Emenda Constitucional nº59** , de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Brasília, DF, 2009.

____. **Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da Educação (LDB). Brasília, DF, 1996.

_____. **Lei n° 11.114, de 16 de maio de 2005.** Altera os artigos 6°, 30, 32 e 87 da Lei n° 9,394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Brasília, DF, 2005.

_____. **Lei n° 11.274, de 6 de fevereiro de 2006.** Altera a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei n° 9,394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília, DF, 2006.

CAMPOS, Maria Malta et al . A contribuição da educação infantil de qualidade e seus impactos no início do ensino fundamental. **Educação e Pesquisa.** São Paulo, v. 37, n. 1, abr. 2011 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=_sci_arttext&pid=S1517-97022011000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em Novembro. 2011.

DUARTE, Rosália. Pesquisa Qualitativa: Reflexões para o trabalho de campo. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, 2002. P.139-154.

APÊNDICE A

Roteiro das entrevistas semi-estruturadas

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1- Qual a sua idade?
2- Qual a sua formação?
3- Há quanto tempo é professora?
4- Neste período, trabalhou com que níveis de escolaridade e faixas etárias?
5- Com qual faixa etária (etapa) você tem mais afinidade? Por quê?
6- Teve a sua formação voltada para essa faixa etária? Por quê?
7- O que você identifica em sua prática como professora que é comum a todas as faixas etárias com as quais trabalhou e/ou trabalha e no que ela é diferente de acordo com a faixa etária – se é que você identifica algo nesse sentido?
8- Há quanto tempo é professora nessa escola?
9- A faixa etária com a qual você trabalha foi escolhida por você ou foi proposta pela Direção ou Coordenação Pedagógica da escola?
10- O que mais te chama a atenção em relação às crianças dessa faixa etária?
11- Que aspectos você considera semelhantes e diferentes entre o trabalho da Educação Infantil e o do Primeiro Ano do Ensino Fundamental de Nove Anos?
12- Que aspectos você considera semelhantes e diferentes entre o trabalho do Primeiro Ano e o da Primeira Série?
13- Desde a primeira vez que você ouviu falar sobre o Primeiro Ano do Ensino Fundamental de Nove Anos, como é que você foi montando o quebra-cabeça sobre as características desse trabalho, até a sua prática pedagógica como professora junto a esta turma?
14- Quais eram as suas expectativas quando foi trabalhar com o Primeiro Ano pela primeira vez?
15- O que mais te desafia (ou te desafiou inicialmente) no trabalho do Primeiro Ano?

16- No caso da sua turma atual, o Primeiro Ano do Ensino Fundamental de Nove Anos, como você organiza a sua prática pedagógica? Descreva a rotina de uma semana típica da sua turma.
17- Que conteúdos você prioriza no Primeiro Ano do Ensino Fundamental de Nove Anos? Por quê?
18- Você organiza os conteúdos pelas áreas do conhecimento (Língua Portuguesa, Matemática...)? Se sim, quais são as áreas com as quais você trabalha? Você dedica o mesmo tempo para cada uma das áreas do conhecimento ou tem algumas delas as quais você dedica mais tempo? Se sim, quais seriam?
19- Você recebe algum suporte ou orientação para a organização do trabalho com essa faixa etária? Como (qual)? De quem? Desde quando?
20-De que maneiras você providenciou suporte ou orientação para organizar o trabalho junto a esta faixa etária?
21- Como / de onde você busca informações / orientações para planejar o seu trabalho do jeito que você vem planejando?
22- Você conhece a Resolução Nº7, de 14 de Dezembro de 2010 (que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos) e a Resolução Nº5, de 17 de Dezembro de 2009, (que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil)?
23- Você gostou de participar dessa pesquisa? Por quê?

APÊNDICE B

Termo de consentimento informado

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Você está sendo convidada/o a participar de uma pesquisa sobre o primeiro ano do ensino fundamental de nove anos, que procura investigar a organização do trabalho pedagógico nessa primeira etapa de ensino, sendo que o presente termo contém todas as informações necessárias sobre a mesma. Sua colaboração neste estudo é muito importante. Caso você concorde em participar, basta preencher os seus dados e assinar a declaração concordando de livre e espontânea vontade em participar da pesquisa.

Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas. Estou ciente que: a) esta pesquisa está vinculada à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); b) a produção de dados será baseada na entrevista semi-estruturada com gravação em áudio; c) os dados serão utilizados para elaboração do projeto de pesquisa de trabalho de conclusão de curso de Pedagogia e publicações futuras relacionadas a este projeto; d) os nomes dos envolvidos, bem como o da instituição serão resguardados, tendo em vista o direito ao anonimato – princípio ético desta pesquisa; e) no decorrer do processo, caso tenha alguma dúvida, favor entrar em contato imediatamente com Gabriela Caetano de Moura, responsável pela pesquisa, através do endereço eletrônico ....; f) você tem a liberdade de não participar ou interromper sua participação neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação.

Desta forma eu, _____, concordo em participar da pesquisa, parte integrante do trabalho de conclusão de curso de Gabriela Caetano de Moura, aluna do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação do Professor Dr. Gabriel de Andrade Junqueira Filho.

Porto Alegre/RS, _____ de _____ de _____.

_____.

Assinatura da profissional entrevistada

_____.

Assinatura da pesquisadora